

# O “Afrocomplementarismo” no ciberespaço africano

Celestino Joanguete<sup>1</sup>

## Resumo:

O título deste estudo é o excerto do capítulo do projecto de pesquisas sobre a “Migração de Conteúdos dos Media Moçambicanos para a Plataforma digital”. O teor do trabalho reflecte sobre a questão da inclusão das línguas africanas no processo de produção dos conteúdos através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Com base numa teoria designada “afrocomplementarismo”, o estudo apresenta o principal eixo de investigação: o binómio línguas africanas/ TIC, uma relação em que as TIC assumem o papel de mediação para o alcance da Sociedade da Informação e do Conhecimento. A reflexão contextualiza as discussões sobre o estágio das TIC em África e as reivindicações académicas de um lugar das línguas africanas no ciberespaço.

**Palavras-chave:** África, língua, ciberespaço

## Abstract

The title of this study is an excerpt from a chapter in a research about “Migration of Mozambican Media Content into the Digital Era”. The study is a reflection about the inclusion of African Languages in the process of content production through Information and Communication Technologies, ICTs. Applying the “Afro-Complementarism” as a theoretical framework, the study presents as a basis for research the binomial, African languages/ICTs, a relationship whereby ICTs take on the mediation role to arrive at the Information and Knowledge Society. The reflection puts into context a discussion on the status of ICT development in Africa and the academic demand for a place in the cyberspace for African languages.

**Keywords:** Africa, language, cyberspace.

## 1. A situação da migração tecnológica em África: Contextualização

A desregulamentação do mercado das telecomunicações e a expansão das políticas públicas de comunicação foram os marcos que deram início à Sociedade da Informação. Tentou-se passar da declaração dos princípios à acção, reafirmando os princípios assinados na Conferência de Genebra de 2003.

<sup>1</sup> Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), celestino.joanguete@gmail.com

A Agenda de Tunis e os respectivos compromissos assinados na Conferência de Genebra de 2003, marcaram a efetivação da Sociedade da Informação, sobretudo quando as nações pobres levantaram as questões relativas ao financiamento para fazer face aos desafios das TIC e da sua implementação (Agenda de Tunis, 2005).

Parafraseando Mcquail (2003), a Sociedade da Informação remete-nos para os anos 60 do século passado, no Japão, aportando um significado associado ao conceito de sociedade Pós-Industrial, que se caracteriza essencialmente pela predominância de trabalhos e empregos que se suportam na informação, no conhecimento científico, na utilização e transferência de dados, no recurso ao conhecimento e no aprofundamento de relações interpessoais.

Embora se fale de uma Sociedade da Informação, Touré (s/d) e Jensen (2009), especialistas em estudos das TIC em África, observaram nas suas pesquisas que muitos países africanos ainda estão atrasados em termos de implementação das tecnologias básicas que os catapultem para a Sociedade da Informação. Dois factores estão na base desse atraso: baixo nível de rendimento e a falta de infra-estruturas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). Destes constrangimentos resulta que a maioria dos países africanos das regiões rurais não possui o acesso à telefonia básica nem a ligação à Internet.

Estudos desencadeados pelo organismo Perspectiva da Economia Africana (PEA), que se dedica ao estudo do desenvolvimento económico da África, indicam que as baixas taxas de penetração da Internet no continente e a alta taxa das tarifas dos serviços da Internet resultam da falta de redes internacionais de alta capacidade, o que leva os operadores a praticarem preços acima da média.

Adeya (2001) não partilha plenamente este sentimento de que se regista um atraso total do continente africano em matéria das TIC. De acordo com a autora, a África está a registar progressos consideráveis nas TIC, mas de forma regionalizada. A pesquisadora reconhece que apesar desses progressos ainda prevalecem alguns constrangimentos como: défice de infra-estruturas; ausência de política de TIC ou sua implementação; iliteracia; fraco conhecimento sobre as TIC em todos os níveis, desde fornecedores aos usuários; constrangimentos financeiros, etc. (Adeya, 2001:5).

Estudos apresentados por Jensen (2009) indicaram que até Dezembro de 2007 apenas 5% da população africana tinha uma ligação à Internet e a penetração da banda larga era inferior a 1%. Porém, nos últimos anos, têm ocorrido melhorias significativas na adesão à economia global ligada à rede. Jensen (2009) afirma ainda que um estudo africano publicado recentemente encontrou a maior edificação de infra-estruturas de telecomunicações de longa distância. Acrescenta ainda que 17 países africanos beneficiaram de mais mil milhões de dólares em contratos para cerca de 30.000 km de fibra óptica, com empréstimos provenientes de bancos chineses, particularmente da *China Exim Bank*.

Entretanto, não faltam esforços para melhorar a qualidade de conectividade, uma vez que está sendo instalado ao longo da costa africana ocidental um cabo sub-

marino de Fibra Óptica, SAT-3, que vai fornecer serviço de telecomunicações de alta qualidade, mas o seu acesso está limitado aos membros do consócio que estão a construir a ligação. Paralelamente, desde meados de 2007, os operadores das telecomunicações já têm à sua disponibilidade serviços de telecomunicações internacionais e de conectividade oferecidos pelas empresas americanas. Porém, as tarifas praticadas são as mais altas do mundo, situando-se na ordem dos 25 000 dólares em cada mês pagas por cada operadora. Estes valores são considerados demasiado altos pela maioria dos países africanos (PEA, 2010).

Face à tentativa de reduzir os elevados custos de serviços das telecomunicações e aumentar a conectividade no continente africano, o Banco Mundial disponibilizou 424 milhões de Dólares americanos para impulsionar as redes regionais na África Austral e Oriental, no âmbito de Programa de Infra-estruturas de Comunicação, do qual se espera originar um maior fluxo de Internet em pelo menos 36% ao ano e baixar os custos da largura da banda em um décimo (PEA, 2010).

De acordo com a União Internacional das Telecomunicações e em consonância com as estimativas do Banco Mundial, o preço médio de uma ligação de Banda Larga na África subsaariana é de cerca de 110 dólares para 100 kilobytes por segundo. Na Europa e na Ásia Central, o preço é de 20 dólares para 100 kilobytes por segundo, enquanto na América Latina e Caraíbas é de 7 dólares. Os países do médio oriente e da África do Norte pagam abaixo dos 30 dólares pelo mesmo serviço. Por isso o custo de Internet em África é mais alto comparativamente com os países ocidentais (PEA, 2010).

Adeya (2001) e Ajayi (2002), em trabalhos separados, apresentam pontos de convergência das suas posições, argumentando que a fraca massificação das tecnologias de informação e de comunicação no nosso continente associa-se a factores que têm a ver com a fraqueza das políticas públicas e a pobreza material e tecnológica. Entretanto, vários factores explicam essa situação:

- I) No ambiente regulatório da comunicação, o grosso número de países africanos não abre os seus mercados para a concorrência entre as empresas fornecedoras de serviços de Internet;
- II) Inexistência de infra-estruturas tecnológicas e o seu alto custo de acesso;
- III) Muitos países africanos não dão adequada facilidade de alocação do seu espectro radiofónico para o uso das telecomunicações e operadores de Internet a outras entidades nacionais ou regionais, situação que resulta no congestionamento da banda;
- IV) Menos abertura do mercado governamental para o investimento do sector privado.

Em suma, Jensen (2009) descreve o cenário das TIC em África do seguinte modo:

Ao mesmo tempo que o acesso TIC no continente é de um modo geral muito baixo, a grande disparidade nos níveis de rendimento, na dimensão da população e nas políticas relativas às infra-estruturas das telecomunicações provocou níveis desiguais de distribuição. Por exemplo, mais de 75 por cento das linhas fixas encontram-se em apenas 6 das 53 nações africanas. De igual modo, quatro dos 53 países em África representam quase 60 por cento dos utilizadores da Internet na região e apenas 22 dos 53 países têm banda larga. Países com populações com acesso à Internet com mais de 1 milhão de pessoas (por ordem de tamanho): Nigéria, Marrocos, Egípto, África do Sul, Sudão, Quênia, Argélia, Tunísia e Zimbabué. (Jensen, 2009).

Na mesma linha discursiva, mas na perspectiva de conectividade, Castells (2007) salienta que a baixa penetração da Internet nos países em vias de desenvolvimento está relacionada com a falta de infra-estruturas de telecomunicações, de fornecedores de serviços e de conteúdos de Internet, assim como de estratégias de combate à infoexclusão (Castells, 2007: 230).

Obijiofor (2008) reforça a ideia da importância da TIC como ferramenta de desenvolvimento socioeconómico em África. Descreve as TIC como uma consequência histórica que começa durante o período da revolução industrial e afirma que foi com base na experiência histórica que as tecnologias constituem a base para o crescimento económico e desenvolvimento de países. Mas para o caso africano, a discussão sobre as TIC e sua inclusão na agenda política, além da questão do fluxo unilateral de informação dos países ricos para os pobres, resulta também da exclusão sistemática do continente pelos países industrializados, que tentavam concentrar em si o protagonismo no mercado das telecomunicações, no comércio internacional, nas tecnologias e nos outros processos de desenvolvimento.

Diversas cimeiras organizadas pela UNESCO sobre as TIC salientavam a questão da abertura do mercado das telecomunicações e do acesso às tecnologias pelos países menos favorecidos. Ao mesmo tempo irrompiam por todo o mundo os movimentos sociais que advogavam o comércio justo e “parcerias inteligentes” entre as nações ricas e pobres. Todas essas situações contribuíram grandemente para a colocação da temática das tecnologias nas agendas políticas nacionais dos países africanos.

O binómio tecnologia/desenvolvimento económico, tal como se referem Adeya (2001) e Jensen (2009) é um facto reconhecido pela maioria dos governos africanos. Mas Obijiofor (2008) alerta para o excesso de optimismo em relação às TIC para o desenvolvimento socioeconómico e afirma que é importante ter em atenção que a mera incorporação destas ferramentas não significa que elas serão usadas por toda a população. Ainda de acordo com o autor, as evidências têm mostrado que a massificação da TIC depende do grau de literacia da população e das políticas públicas de inclusão digital (Obijiofor, 2008:3).

As barreiras de acesso às tecnologias, as desigualdades socioeconómicas e o analfabetismo constituem os desafios do continente. Não se pode negar que três quartos da população africana é iletrada, sendo ela na sua maioria população rural

sem grandes infra-estruturas de electricidades e telefone. Então, falar de Internet é uma miragem ou algo que pertence às elites iluminadas da sociedade (Obijiofor, 2008:3).

Obijiofor (2008) afirma que, para o acesso à Internet, o continente africano deve realizar investimentos públicos e privados nas áreas de telecomunicações, políticas económicas e educação. No entender do autor, as parcerias de investimentos entre as empresas públicas e privadas complementam os esforços de desenvolvimento e estimulam o aumento de número de pessoas com acesso a computadores pessoais ligados à rede de Internet, pré-requisitos para se entrar na Sociedade de Informação e do Conhecimento.

Contudo, o apoio dos países desenvolvidos continua a ser importante para África, mas as políticas de cooperação entre os países ricos e pobres têm mostrado o contrário. Um relatório da OCDE (2008) refere que cerca de 50% de investimento tecnológico feito em África provém dos países não-membros da OCDE. E estes países, como Brasil, Índia e China (BRIC) ou países de economia emergente, estão cada vez mais a alojar empresas de TIC no continente africano, contrariamente ao grosso número de países ocidentais.

As vantagens das infra-estruturas de telecomunicações para o continente africano são enormes. A Fibra Óptica, por exemplo, é essencial para introduzir a banda larga suficientemente capaz de interligar os países africanos à economia de rede.

No esforço de impulsionar a África para a economia de informação, já começam a aparecer algumas companhias africanas que têm trabalhado para a expansão da Fibra Óptica. Entre os primeiros projectos lançados está a *East African Submarine Cable System* (EASSy), cujo objectivo é estabelecer uma rede de fibra óptica ao longo da costa africana que liga a República da África do Sul ao Sudão com seis pontos de acesso ao longo do percurso, ou seja pontos de derivação. Além da EASSy existem outras companhias ligadas às telecomunicações com o mesmo objectivo como o SEACOM, LION, FLAG e o *West African Cable System* (Jensen, 2008:24).

## 2. “Afrocomplementarismo” no ciberespaço africano

O relatório da UNESCO sobre a sociedade de informação e do conhecimento, no capítulo relativo à diversidade linguística no ciberespaço, descreve de seguinte modo o cenário que se configura:

Algunos han calculado que el 75% de las páginas de Internet están redactadas en inglés, mientras otros estiman que la preponderancia de este idioma ha disminuido en un 50%. Hay que señalar que estos estudios no tienen en cuenta los correos ni los foros electrónicos, ni tampoco. El peligro que supone Internet para la diversidad lingüística es uno de los factores más importantes de la brecha digital y constituye una grave amenaza para la diversidad de los contenidos, (UNESCO, 2005: 172).

Seja como for, a contradição numérica não nos deixa de afirmar que existe o perigo da uniformização linguística na Internet, facto que pode constituir uma das causas do fosso digital e ameaça para a diversidade de conteúdos.

Vilches (2003) já reconhecia que as mudanças aceleradas operadas pela Internet provocariam o desequilíbrio linguístico entre o inglês e todas as demais línguas existentes no mundo. Nwosu (2005), tendo se apercebido da pouca representatividade das línguas africanas no ciberespaço escreveu, de forma radical, na coluna editorial da *African Media Review*, na qual sugeria uma forma de participação do cidadão africano no processo de mudanças políticas e mediáticas em África através do uso da sua língua nativa. Segundo o mesmo, existe um défice nos sistemas africanos de difusão, actualmente dominado pelas “línguas imperialistas europeias”. Nwosu (2005) sustenta-se nas reflexões de inclusão linguística africana de Blankson (2005), que sugerem o esforço de todos os africanos na promoção e utilização das línguas africanas nos sistemas nacionais e locais de difusão, no lugar das línguas europeias.

Adeye (2001) reconhece que o impacto e a interacção entre as TIC e a cultura africana é muito complexo. A autora afirma que este assunto tem sido aflorado por muitos pesquisadores africanos. Para Blake (1992), por exemplo, o impacto das TIC sobre a cultura africana vai ser positivo, porém há receio de potenciar as possibilidades de acesso às TIC, assim escreve o autor:

The perspective I have on the impact of the new communication and information technologies on culture, particularly the case of Africa, is positive and constructive. I do not fear the advances in the technologies mentioned above, but rather welcome them in order to put them in the service of African efforts to develop the continent. The impact on culture is seen as good, leading to serious research by Africans at home and abroad, on the mastering and application of the new communication and information technologies (Blake, 1992: 3)

Mas muitos países têm atitudes diferentes face aos elementos transformadores da sua cultura. O certo é que o continente deve assumir uma atitude diferente e de assimilação destas tecnologias que não destroem os valores culturais, mas que têm um impacto positivo sobre elas (Adeye, 2001: 11). Esta tese é contrária à posição de Vilches (2003), segundo a qual a migração para a Sociedade de Informação implica a perda da territorialidade de origem devido “à emergência de novas mediações na cultura, na educação, nos serviços e no consumo”.

Voltando à análise da questão linguística africana, na perspectiva da sua inserção nos meios audiovisuais, Abolou (2010) realça a importância do seu uso na educação cívica e na apropriação do saber.

A perspectiva do autor supracitado pode ser extemporânea tendo em conta que as novas tecnologias trazem uma nova dinâmica no cenário sociolinguístico africano. Daí torna-se necessário estudar o fenómeno da presença linguística africana no novo

ambiente digital, de modo a perceber a emergência de uma nova audiência, menos alfabetizada, mas com forte apetência pelo uso de novo recurso tecnológico, o telefone.

Entretanto, Omojola (2009) e Alexander (2010) afirmam que a Internet é dominada maioritariamente pelos usuários falantes da língua inglesa. Faz sentido que seja assim, porque ela nasceu no ambiente anglófono, portanto, os usuários de origem anglófona são os responsáveis pelo seu crescimento. Os autores voltam a realçar que alguns investigadores na área linguística vêem este meio como a “máquina” de extinção das línguas minoritárias. Pode-se concordar com este ponto de vista, pois é manifestamente claro notar-se que as línguas mediadas pelo computador estão em franco crescimento na Internet como o caso das línguas inglesa, italiana, francesa ou árabe, enquanto as africanas são relegadas para a extemporaneidade, não havendo sequer estudos sobre a sua presença no ciberespaço (Omojola, 2009: 33; Alexander, 2010: 90).

Por seu turno, Omojola (2009) critica o desenvolvimento das TIC assente na exclusão das línguas das populações indígenas africanas. A sua crítica fundamentando-se em dados estatísticos sobre o universo populacional que fala determinadas línguas no mundo, no qual encontrou disparidades estatísticas e exclusão sistemática. Segundo o autor, algumas línguas europeias, faladas por uma minoria, têm uma forte presença no ciberespaço. Contrariamente, existem grupos linguísticos africanos como *Hausa* falado por 70 milhões de pessoas, *Swahili* falado por 100 milhões ou *Yoruba* falado por 40 milhões, cuja presença é nula no ciberespaço, não lhes sendo dada oportunidade de se configurarem no painel das línguas de comunicação no ciberespaço tal como as línguas inglesa, francesa ou italiana, árabe e chinesa (Omojola, 2009: 36).

Paradoxalmente, Cyrenek (2000) advoga o multilinguismo na Internet:

Somente a diversidade de línguas na Internet é capaz de possibilitar a produção de conteúdo local apropriado e com participação de todos, assim como auxiliar a preservação das línguas que podem ser ameaçadas de extinção na era digital. Apesar da crescente diversidade da população de usuários em termos de línguas, uma grande quantidade de obstáculos, com graus variáveis de dificuldade, permanece impedindo que se alcance o multilinguismo na Internet (Cyrenek, 2000).

Face à exclusão de algumas línguas africanas faladas por um número considerável da população, sem negar o uso da língua inglesa que se restringe a uma minoria da elite africana, Omojola (2009) sugere uma solução baseada no “afrocomplementarismo”, solução segundo a qual defende a convergência de conteúdos produzidos no contexto africano e a tecnologia ocidental tal como está a ser usada pela “Google”. Segundo o autor, o processo começa com a incorporação da língua indígena (Omojola, 2009: 37-43).

A solução de Omojola (2009) para a integração das línguas africanas no ciberespaço através da teoria de “afrocomplementarismo” devia ser antecedida por

outras quatro condições básicas: a existência de uma língua de vector; a possibilidade de escrever esta língua; a disponibilidade de um sistema de codificação para transcrever esta língua escrita no ciberespaço e a compatibilidade desta transcrição com os programas informáticos existentes (UNESCO, 2005:172).

O afrocomplementarismo aproxima-se da teoria “dialogista” desenvolvida pela Escola Latino-Americana de comunicação. De acordo com Gushiken (2006), a emergência do dialogismo situa-se em condições de subdesenvolvimento económico e social da América Latina. No âmbito desse quadro teórico, procura-se criticar o difusionismo cultural e comunicacional da globalização, pretendendo romper com o modelo unilateral e vertical de comunicação de massa e propondo o modelo de “horizontalização dos processos de troca simbólica” (Gushiken, 2006: 75-76).

O afrocomplementarismo seria uma crítica ao modelo de transferência de tecnologias para o continente africano, de forma vertical e unilateral, com ênfase no fabricante e na sua cultura, deixando para o plano de extemporaneidade o conhecimento nativo africano e toda a sua rede de produção de sentido no qual o grosso número de actores sociais, menos alfabetizados, estão envolvidos.

Ainda mais, a língua tem o seu sentido partilhado e compreendido dentro da comunidade linguística ou das redes de relações sociais inscritas em sistemas políticos, económicos e ideológicos dos povos. Então, a presença de uma segunda língua, estranha e imposta pelas tecnologias, poderá complexificar a compreensão dos sentidos e uma “leitura negociada” com o novo meio.

Seja como for, a informatização das línguas é fundamentalíssima para a sua sobrevivência na sociedade de informação como defende a Unesco (2005):

Es importante recordar que el multilingüismo facilita enormemente el acceso a los conocimientos, sobre todo en el contexto escolar. Las sociedades del conocimiento tendrán que reflexionar sobre el futuro de la diversidad lingüística y los medios para preservarla, en momentos en que la revolución de la información y la economía global del conocimiento parecen consolidar la hegemonía de un número reducido de lenguas vehiculares, que se están convirtiendo en las vías de acceso obligatorias a contenidos que, a su vez, están cada vez más “formateados”. (Unesco, 2005:163).

A efectiva participação dos africanos na Sociedade de Informação não passa só pela inclusão das suas línguas; existem outras duas questões a se ter em conta nestes debates: a produção de conteúdos africanos e o fortalecimento do usuário. Neste contexto, já se afirmava que a “falta de uma oferta consolidada de conteúdos na Internet leva a pensar nas verdadeiras empresas jornalísticas que elaborem a informação adequando os conteúdos ao novo suporte”. (González, 1998: s/p)

Outrossim, Lenoble-Bart e André-Jean Tudesq na obra conjunta intitulada “*Connaitre les médias d’Afrique subsaharienne*” voltam a sublinhar que depois das independências ou no período da transição democrática, a questão das línguas era crucial para os governos e os meios de comunicação africanos.

Em vista disso, existem alguns exemplos de sucesso do uso das línguas locais para o desenvolvimento em alguns países da região subsariana. Blankson (2005) aponta exemplos de sucessos de valorização das línguas nativas em alguns países africanos através de políticas de indigenização da radiodifusão. No caso da Zâmbia, em 1960, o primeiro governo independente introduziu as línguas nativas nas rádios num país onde há por volta de 20 línguas nacionais diferentes e faladas por 73 grupos étnicos (Blankson, 2005: 6).

A maioria dos países recentemente independentes de África escolheu, na década de 60 ou mais tarde, manter como língua oficial a da antiga metrópole e os respectivos meios de comunicação seguiram, muitas vezes pela imposição ou pelas expectativas sociais, o mesmo caminho. Mas depressa a rádio, seguida mais tarde pela televisão e alguns jornais começou a dirigir-se a determinadas camadas da população em línguas locais. De igual modo, Rachidi (2005) apresenta, na questão das línguas indígenas, uma visão integradora que abrange o próprio processo de desenvolvimento da África. Pois, segundo o autor, as línguas nativas em África devem jogar o papel importante na transmissão de mensagens de mobilização da população para a apropriação dos processos de desenvolvimento. Aqui o autor, pretende realçar a questão da língua como factor de desenvolvimento social, económico e político pelo facto de esta se tornar o elemento de mediação.

Para que as línguas nativas sejam valorizadas e sirvam de verdadeiros instrumentos de mediação, Rachidi (2005) aponta quatro desafios:

- A reformulação do conceito de Estado;
- A persuasão para favorecer a adesão da população;
- A escolha de língua ou línguas dominantes;
- E a integração da União Africana (Rachidi, 2005:16).

Quanto aos argumentos de promoção das línguas indígenas, o autor supracitado socorre-se da Declaração de Harare, de Março de 1997, que define e esclarece os conceitos sobre língua materna, línguas interafricanas e línguas internacionais.

A Declaração de Harare define a *língua indígena* como aquelas línguas comunitárias, locais, vernáculas ou de base, ou seja, as línguas que se circunscrevem à comunidade que as utilizam. Por línguas *interafricanas* entende-se que são aquelas que são utilizadas nas fronteiras nacionais em África (exemplo Kiswahili, haussa, etc.); finalmente, define-se por *línguas internacionais* aquelas que são utilizadas no processo comunicativo entre pessoas de diferentes países da África e de outros continentes, como, por exemplo, as línguas francesa e inglesa (Rachidi, 2005:20).

O autor acima citado afirma que o discurso sobre a promoção das línguas nativas africanas justifica-se pelo facto das potências colonizadoras da África terem desvalorizado as línguas locais. Mais adiante esclarece que o uso de línguas ocidentais impôs-se como um padrão referencial da cultura e tudo quanto dizia respeito ao desenvolvimento, facto que interferiu, de certo modo, para o processo do seu desenvolvimento (Rachidi, 2005: 20).

Inspirando-se no filósofo da República de Benin, Paulin Hountondji, o autor supra citado reforça a ideia de que a utilização exclusiva das línguas europeias como línguas de comunicação científica desfavorece a disseminação do saber e da criatividade científica africana. O autor recomenda o desenvolvimento de uma política linguística alternativa susceptível de favorecer a disseminação do saber africano (Rachidi, 2005:20).

Abordando concretamente a questão das línguas nativas no processo de comunicação social, Blankson (2005) vislumbra o pluralismo mediático em África, mas tem o receio de que este pluralismo transforme os meios de comunicação social africanos em instrumentos destruidores das línguas e culturas milenares do continente africano. O mesmo observa que o cenário pluralístico dos media africanos privilegia as línguas dos colonizadores europeus (Blankson, 2005:2).

Seja como for, a informatização das línguas é fundamentalíssima para a sobrevivência das línguas na sociedade de informação. O certo é que o uso das línguas não depende de políticas públicas de promoção de línguas autóctones, mas dos próprios usuários.

A efectiva participação dos africanos na Sociedade de Informação não passa necessariamente pela inclusão das línguas, pois trata-se de uma discussão muito elementar. Existem duas questões a ter em conta nestes debates: a produção de conteúdos africanos e o fortalecimento do usuário.

No que concerne a produção de conteúdos africanos, Cyrenek (2000) aconselha que eles sejam criados, partilhados e conhecidos pelos usuários nacionais e internacionais, neste contexto escreveu o seguinte:

Um conceito-chave nesta estratégia é o que se refere ao domínio electrónico público – informação livre de direitos autorais, incluindo literatura clássica, conhecimentos fundamentais e nativos, informação e dados de governos ou produzidos com fundos públicos em níveis nacionais ou internacionais – que representa uma ampla herança documental acessível a todos, uma janela em culturas nacionais e um suporte inestimável para as indústrias educacionais e culturais nos países em desenvolvimento. Conteúdos locais publicados na Internet pelo governo e organizações da sociedade civil constituem um estímulo à democratização, tanto com o fortalecimento de ações informadas quanto com o encorajamento para maior expressão e diálogo. Para os pequenos atores económicos de países em desenvolvimento, inserir seu conteúdo na Internet pode também significar conseguir uma posição no mercado global. (Cyrenek, 2000)

Noutro ângulo de abordagem, Cyrenek (2000) recomenda a produção de conteúdos que deve começar pela inclusão de princípios de livre acesso à informação aos conteúdos nas políticas públicas. Isto porque, por um lado, os conteúdos públicos estão livres de direitos autorais e pertencem a todos (Cyrenek, 2000), mas, por outro, há tarefas que devem ser assumidas na produção de conteúdos tipicamente africanos.

No que tange ao fortalecimento dos usuários, Cyrenek (2000) é otimista em relação à inclusão das línguas. Assim ele se expressa:

Um desafio particularmente difícil é o fortalecimento das populações dos países em desenvolvimento, inseridas em culturas e valores tradicionais e, não raro, com um grande número de cidadãos analfabetos. Nesse contexto, os sistemas nacionais de educação e projetos de natureza pública terão como responsabilidade principal formar pessoas com habilidade e capacidade para adquirir conhecimento, tornando-se tanto produtores quanto usuários de conteúdos baseados em TIC. A capacidade dos usuários da Internet em produzir ou explorar conteúdos locais depende de seu know-how, do acesso à rede e da disponibilidade de infraestrutura. Assim, a Internet serve como uma ferramenta para o fortalecimento de usuários e como um meio para a cooperação, possibilitando o aumento de sua visibilidade e do domínio do meio. (Cyrenek, 2000: s/p).

O fortalecimento do usuário de países em vias de desenvolvimento sempre mereceu o interesse da UNESCO e de outros actores da sociedade civil africana. É certo que o usuário fortalecido desenvolve capacidades de descodificação de conteúdos digitais e de participação activa.

Em Janeiro de 2001, em Sri Lanka, a UNESCO lançou o Programa de Centros Multimédia Comunitários (CMC), cujo objectivo era oferecer serviços de aprendizagem informática às comunidades pobres como forma de as capacitar para a Sociedade de informação, através de combinação de dois serviços: rádio e TIC. A filosofia combinatória partia do princípio de que a rádio comunitária conectada a um pequeno telecentro aumenta grandemente o alcance e o impacto da comunidade e as fontes digitais disponíveis na comunidade. A partir desta experiência, hoje mais de vinte projectos piloto estão em funcionamento em 15 países da África, Ásia e Caribe (Hughes et al. 2006:7).

O tipo de CMC concebido e desenvolvido pela UNESCO combina os serviços da rádio e telecentro, de forma independente. A rádio emite em Frequência Modular, FM, durante 10 horas diárias num raio de cobertura de 15 quilómetros. O seu pessoal é maioritariamente constituído por voluntários da comunidade, enquanto o telecentro é composto entre 3 a 12 computadores para uso público, promove cursos de capacitação, bem como oferece serviços de Internet, fotocopiadora, fax, e mais (Hughes, 2006:13).

Os conteúdos dos CMC são escolhidos de acordo como os interesses da comunidade e gerados localmente e em língua local nos formatos de vídeo, áudio e impresso (Hughes et al, 2006:7). Mas são evidentes os esforços de esbatimento das barreiras criadas pelo fosso digital. A UNESCO defende a inclusão cultural e, em contrapartida, a UIT está a criar infra-estruturas tecnológicas para a inclusão das sociedades da “periferia”. O Plano de Acção resultante da Conferência de Genebra de 2003 expressa melhor as intenções de todos líderes mundiais em esbater as diferenças

digitais, tais princípios defendem: a promoção da TIC para conectar aldeias e criar pontos de acesso comunitário; fomentar o desenvolvimento de conteúdos e implantar condições técnicas que facilitem a presença e a utilização de todas as línguas na Internet; assegurar que o acesso às TIC esteja ao alcance de mais de metade dos habitantes do planeta (Plano de Acção de Genebra, 2003).

### 3. Considerações finais

Para concluir o debate, fica claro que todas as posições dos sócio-linguistas africanos na questão de inclusão das línguas africanas no ciberespaço, fundamenta-se na recomendação da UNESCO, de Outubro de 2003, sobre a preservação da diversidade linguística e sua promoção no espaço digital. Esta recomendação advoga o multilinguismo como factor determinante de preparação para a sociedade baseada no conhecimento que deve ser promovida pelos Estados e pela sociedade civil.

No processo de afrocomplementarismo, há ainda muitas dificuldades a serem ultrapassadas, como vimos no caso da gramatização de algumas línguas africanas, definição de políticas públicas de línguas nacionais e os desafios de produção de conteúdos tipicamente africanos.

A sociedade de informação deve contemplar a diversidade de valores culturais, tal como defende a UNESCO, o que poderá contribuir para o enriquecimento de conteúdos e de conhecimento na Sociedade de Informação.

### Bibliografia

- Abolou, C. (2010) “Langues, dynamiques des médias audiovisuels et aménagement médiato-linguistique en Afrique francophone”, in *GLOTTOPOL Revue de sociolinguistique en ligne* n° 14 – janvier, pp. 5-16
- Adeya, C. (2001) *Information and Communications Technologies in Africa: A review and selective Annotated Bibliography 1990-2000*, Ed. INASP, Oxford.
- Ajayi, G (2002) “Information and communication technologies in Africa”, texto apresentado numa conferência realizada em Trieste, Itália, nos dias 11-16 de Fevereiro de 2002, [online] [http://www.powershow.com/view/121dedNzA4N/Information\\_and\\_Communication\\_Technologies\\_in\\_Africa\\_By\\_G\\_Olalere\\_Ajayi\\_Director\\_GeneralCEO\\_Nation\\_flash\\_ppt\\_presentation](http://www.powershow.com/view/121dedNzA4N/Information_and_Communication_Technologies_in_Africa_By_G_Olalere_Ajayi_Director_GeneralCEO_Nation_flash_ppt_presentation), consultado no dia 14/02/11
- Agenda dTunis, (2005), WSIS-05/TUNIS/DOC/6 (rev. 1), [online] [http://www.itu.int/wsis/documents/doc\\_multi.asp?lang=es&id=2267](http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=es&id=2267) | 0, consultado no dia 13/09/2010
- Blake, C. (1992) “The New Communication and Information Technologies and African Cultural Renaissance”, *African Journal of Library, Archives and Information Science*, 2, No. 2, pp.93-98.
- Blankson, I. (2005), “Negotiating the Use of Native Language in Emerging pluralism and independent Broadcast System in África”, *Africa Media Review*, Vol. 13 N° 1, pp.1-22
- Castells, M (2007), *A Galáxia Internet*, 2ª edição, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Cyranek (2000), A visão da Unesco sobre a Sociedade de Informação, artigo apresentado na Conferência do Grupo 9.4 da Federação Internacional de Processamento da Informação (*International Federation of Information Processing – IFIP*) realizada em Cape Town (África do Sul) de 24-26 de Maio de 2000 [on line] [http://www.ip.bbh.gov.br/ANO3\\_N1\\_PDF/ip0301cyranek.pdf](http://www.ip.bbh.gov.br/ANO3_N1_PDF/ip0301cyranek.pdf), consultado no dia 15/08/11

- Hughes et al, (2006), *Como Comenzar y Continuar: una guía para los Centro Multimedia Comunitario*, Ed. UNESCO, Uruguay
- Hughes (2006) Tipos de centro multimedia comunitarios, in *Como comenzar y continuar*, Ed. UNESCO, Uruguay, pp. 13-17.
- Jensen, M. (1998) "Bridging the Gaps in Internet Development in Africa": International Development Research Center, [online] [http://www.idrc.ca/en/ev-11174-201-1-DO\\_TOPIC.html](http://www.idrc.ca/en/ev-11174-201-1-DO_TOPIC.html), consultado no dia 01/10/10
- Jensen, M. (2009) "Tendências no fosso Digital em África", [online], <http://www.acp-eucourier.info/Edicao-Especial-N.525.0.html?&L=3>, consultado no dia 11/09/2010)
- Lexander, K. (2010) "Le wolof et la communication personnelle médiatisée par Internet à Dakar". *GLOT-TOPOL Revue de sociolinguistique en ligne* n° 14 – janvier pp.89-103
- Mcquail, D. (2003) *Teorias da Comunicação de Massas*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;
- Nwuso, P. (2005), "Revisiting Communication and Change Processes in Africa", *Africa Media Review*, Volume 13, Number 1, 2005, Addis Bebbba, pp. v–viii
- Obijiofor, L. (2008) "Africa's Socioeconomic Development in the Age of New Technologies: Exploring Issues in the Debate", *Africa Media Review*, Volume 16, Number 2, 2008, pp. 1-9
- OCDE, *Tecnologias de Informação e Comunicação* Perspectivas da Tecnologia de Informação da OCDE 2008.
- Omojola, O.(2009), English-oriented ICTs and ethnic language survival strategies in Africa, *Global media Journal*, African edition, Vol.3 (1), pp. 33-45.
- Plano de Acção de Genebra, (2003), WSIS-03/GENEVA/DOC/0005, [online] [http://www.itu.int/wsis/documents/doc\\_multi.asp?lang=es&id=1160|0](http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=es&id=1160|0), consultado no dia 14/09/2010
- Rachidi, N. (2005), Les Langues Indigènes dans le processus de développement en Afrique, *Revue Africaine des Media*, Vol.13 n° 2, pp 16-35,
- Touré, H (s/d) "Competitiveness and Information and Communication Technologies (ICTs) in Africa" [online] <https://members.weforum.org/pdf/gcr/africa/1.5.pdf>, consultado no dia 02/12/10
- Vilches, L. (2003) Tecnologia digital: perspectivas mundiais, *Comunicação & Educação*, n° 26, S. Paulo, pp.43-61.
- UNESCO, (2005) *Hacia las sociedades del conocimiento*, Ed. Unesco, Paris.